



“A casa está em chamas”: apresentação à conferência de Lukács sobre “O espírito europeu”

Carolina Peters*
& Murilo Leite Pereira Neto**

“teve aquele dia que o serviço secreto/ interceptou a marcha anti-nazi/ antes mesmo dela começar/ e prendeu os ativistas/ em munique/ não moramos em munique/ mas ficamos em silêncio, no telefone/ [...] teve aquelas semanas/ que tinha um nazi de bandana me seguindo/ pelo bairro/ e eu parei de usar aquela parada de ônibus/ parece que ele foi preso/ mas não tem nada a ver com o fato de que ele era nazi/ talvez tenha sido pego sem bilhete no metrô/ muitos nazis são muito pobres”

Adelaide Ivánova, *Chifre* (2021)

“O perigo é grande demais, a casa está em chamas, antes de qualquer outra coisa devemos buscar água”, com essa afirmação contundente, alarmista, alguém poderia pensar, Lukács encerra sua participação na primeira edição dos *Rencontres Internationales de Genève*, em 14 de setembro de 1946. Sua presença atendia a um convite pessoal, sem qualquer relação com o Partido Comunista Húngaro (ele se encontrava então de volta a Budapeste, após o exílio em Moscou), como nos conta em *Pensamento vivido*. O evento iniciara quase duas semanas antes, em 2 de setembro, exatamente um ano após a assinatura do documento de rendição pelos japoneses, marco derradeiro da Segunda Guerra Mundial. Estavam reunidos intelectuais de toda Europa, entre conferencistas – Julien Benda, Georges Bernanos, Karl Jaspers, Stephen Spender, Jean Guéhenno, Francesco Flora, Denis de Rougemont e Jean-Rodolphe de Salis, além, é claro, de Lukács – e demais participantes, como Jean Wahl, Maurice Merleau-Ponty, Jeanne Hersch...

Ao longo de doze dias, eles debateram “o espírito europeu”, ou o que sobrara,

* Mestranda em Filosofia pela UFMG, graduada em Letras pela UFRJ. E-mail: carolinapeters50@gmail.com.

** Professor do Curso de Direito da UEMG – campus Ituiutaba, doutorando em Direito pela UFMG. E-mail: murilo.leite.pereira@gmail.com.

sob as ruínas da guerra, deste espírito e da própria ideia de uma unidade europeia, em conferências e sessões acaloradas de discussão, como aquela em que se ouviu a frase acima. Apesar da vitória militar sobre o Eixo, Lukács estava convencido de que “produzir uma reação defensiva contra o fascismo” ainda era a tarefa prioritária de seu tempo e, nessas condições, portanto, estabelecer o socialismo não poderia ser um “objetivo imediato”. A guerra certamente havia acabado, mas o alarme de incêndio ainda soava, mesmo que parte substantiva do pensamento europeu, ali representado, parecesse não escutar.

O alerta do húngaro, já expresso na conferência proferida cinco dias antes, em 9 de setembro, partia do diagnóstico de que, longe de representar “uma irrupção brusca da barbárie na civilização europeia”, o nazifascismo deveria ser analisado como um fenômeno orgânico do espírito europeu, cujas origens remontam a certas visões de mundo que apareceram no pós-Revolução Francesa. Não é difícil perceber a íntima relação entre essas considerações e alguns de seus escritos posteriores, particularmente *A destruição da razão*, obra volumosa e densa, apenas recentemente traduzida para a nossa língua. Mas se neste livro ele se ocupa da análise imanente de obras e autores, função social e gênese de tais visões de mundo, no espaço limitado da exposição oral Lukács não conseguiria abordar, “mesmo de passagem, o problema filosófico do irracionalismo”. Não obstante, é tempo suficiente para explicitar a crise ou, antes, as crises que possibilitaram o surgimento de uma visão de mundo fascista: a crise da democracia, a crise da ideia de progresso, a crise da crença na razão e a crise do humanismo.

Esses quatro complexos, que Lukács analisa separadamente, embora inevitavelmente em muitos pontos se entrelacem, evocam uma situação social engendrada pela Revolução Francesa, cujo triunfo, “e seu paralelismo não fortuito com a revolução industrial”, a um só tempo realizou (formalmente) e refutou (efetivamente) os ideais iluministas de *liberté* e *égalité*. É justamente no bojo do “caráter antitético da liberdade e da igualdade humanas” que Lukács localizará o “o centro de cristalização” das posições que passarão a disputar terreno social, político e ideológico ao longo dos séculos XIX e XX – de onde emergiu a barbárie fascista e, também, de onde poderá emergir uma “nova concepção democrática de mundo”. Da vida cotidiana para as teorias filosóficas, essa contradição entre realização e refutação da liberdade e da igualdade suscitou três posturas fundamentais frente às questões, necessidades e sofrimentos concretos dela decorrentes: uma que se esforça por realizar a liberdade

e a igualdade na vida concreta de homens e mulheres concretos; outra que intenta fixar juridicamente uma liberdade e uma igualdade, estabelecidas no plano ideal; finalmente, uma terceira postura tendente a considerar como essenciais a desigualdade e a ausência de liberdade humana efetivamente vivenciadas. Posturas que expressam três visões de mundo distintas, uma radicalmente democrática, outra liberal e, por fim, uma visão de mundo reacionária, na qual se pode situar o fascismo.

Contando com a decisiva contribuição da visão de mundo marxista, a primeira postura, na qual se unem democratas radicais e socialistas, reivindica uma nova concepção de democracia, para a qual liberdade e igualdade deixam de representar ideias simples e tornam-se “formas de vida humana concretas”, implicando “que as condições sociais das relações humanas” – isto é, dos seres humanos entre si, nossa com a sociedade e, por meio dela, entre nós e a natureza – “sejam modificadas”. Se o Cristianismo proclamara “a igualdade das almas humanas perante Deus” e “a Revolução Francesa, a do homem abstrato perante a lei”, caberia então ao socialismo realizar a terceira (e última) grande etapa da igualdade humana: “a igualdade humana concreta na vida real”, tendo em conta não “a situação individual do homem agindo isoladamente, mas a situação em que toda a humanidade se encontra hoje”, incluídas aí as atuais desigualdades de “situação econômica, nacionalidade, raça, sexo etc.”. Trata-se de uma passagem breve em sua conferência, que tem caráter sobretudo analítico, não programático, como o próprio Lukács faz questão de notar, mas nos parece relevante sublinhá-la aqui. Pois a afirmação de que a concretização da igualdade e da liberdade humanas não pode prescindir dos problemas concernentes à raça e ao gênero, além da classe, rebate certas acusações correntes de que o marxismo partiria unilateralmente da “situação econômica”, da classe. Vale ressaltar ainda que a ênfase no caráter concreto da igualdade e liberdade não encontra qualquer equivalente nas intervenções dos demais participantes do encontro.

Essa posição radicalmente democrática reivindica, no limite, o imprescindível passo adiante, capaz de ir além da Revolução Francesa, que selou sua derrocada com a Primavera dos Povos, quando a burguesia abandona efetivamente o polo revolucionário e dá por encerrada sua revolução. Se pudermos recorrer à fórmula lapidar de Marx sobre os eventos de 1848: a Revolução acabou, viva a Revolução! A revolução que se esgotou não era outra senão a dos liberais, segundo Lukács, os verdadeiros vitoriosos de 1789 e representantes da segunda concepção de mundo acima aludida. Incapaz de radicalizar a democracia, o liberalismo se vê acuado atrás

de uma concepção formalista de liberdade e igualdade que não encontra referente na experiência empírica. A crise da democracia, portanto, coloca a própria visão de mundo liberal em crise, “porque a situação econômica e social a que corresponde torna-se cada vez mais irreal”.

Vale aqui um pequeno excursão para comentar certas escolhas de vocabulário feitas por Lukács em suas intervenções no evento. Primeiramente, algo que já deve ter saltado aos olhos dos que conhecem sua obra, a profusão de menções à “situação” nas citações aqui elencadas, termo em voga junto ao existencialismo, mas que o filósofo marxista tem o cuidado de usar em sentido oposto ao das filosofias da derrelição – ele, aliás, não deixa de provocar, respondendo a Karl Jaspers no debate, que apela aos termos da moda a fim de seus colegas, digamos assim, *se situem*. Mas há outro recurso estilístico interessante, que diz respeito às recorrentes expressões e jargões militares. Eles parecem querer reforçar, contra o alívio afobado da guerra vencida, a batalha ainda em curso contra o fascismo. Nesse sentido, Lukács aponta como a democracia liberal – formalista, que toma por essencial a pessoa privada em detrimento do cidadão e, centrada no individualismo burguês, mutila a personalidade humana – é capaz de considerar os fascistas como uma reserva (no sentido militar literal quando necessário), enquanto enxergam nos comunistas e socialistas seu alvo preferencial.

Não se trata de uma identificação entre liberais e fascistas, que fique claro, mas de um vínculo orgânico entre a democracia burguesa formal e as soluções abertamente antidemocráticas à “crise da democracia”. Lukács aponta como enfraquecimento da posição democrática entre os liberais atingiu o ápice do formalismo na República de Weimar, “uma democracia sem democratas”, isto é, com pálidos defensores de uma visão de mundo verdadeiramente democrática. Após o triunfo na Revolução Francesa, os liberais assumem, cada vez mais, uma posição defensiva, apologética das “deficiências indiscutíveis do presente”, afastando-se gradualmente de uma concepção democrática em direção a um aristocratismo. Da crise da democracia resultante dos próprios limites da visão de mundo liberal, origina-se uma “nova ideologia”, de matiz aristocrático, que, diante do problema da liberdade e da igualdade, toma o lado de uma fundamentação da desigualdade natural. Nesse caso, a biologia supostamente científica e sua teoria das raças será o campo fértil para o crescimento dessa visão antidemocrática de mundo.

Com a crise da democracia, desaparece a “crença na realização concreta do progresso”, em outras palavras, crença na “descoberta, no seio da sociedade, de tendências constantes, senão uniformes, para a melhoria dos valores humanos”. Eis a segunda crise a que Lukács se refere, percebida no pessimismo cultural da elite intelectual, na negação do progresso histórico e valorização do passado (não raro fetichizado) e na resignação aristocrática. A história, por esse ponto de vista, é sinônimo de corrupção, declínio, decadência, e o progresso, quando há, não passa de um milagre, lapso ou, ainda, “um brusco salto qualitativo” – na síntese de Lukács da filosofia nietzschiana, o progresso se perde no puro mito. A ideologia fascista não apenas toma como base essas posições como as eleva ao extremo.

Interessa aqui notar que a conferência proferida em 1946 e registrada nos anais do evento em tradução francesa (feita por Renée Schidlof a partir das anotações do filósofo, em alemão), inicialmente sem título, ganhou no ano seguinte uma edição parisiense intitulada “*La vision aristocratique et democratique du monde*”, destacando como oposição fundamental a nova democracia, por um lado, e o aristocratismo, por outro, em contraste com uma visão de mundo liberal cada vez mais anêmica. A tradução ora publicada pela *Verinotio*, que traz pela primeira vez em língua portuguesa, além da conferência, também as demais intervenções de Lukács durante o evento,¹ busca em certa medida apresentar a conferência lukácsiana no contexto das discussões ocorridas em Genebra, optando assim por manter “O espírito europeu”, mote do encontro (e das manifestações de Lukács na circunstância), como título do conjunto. Em todo caso, a escolha pelo título “Visão de mundo aristocrática e democrática”, seguida pelas posteriores edições em coletâneas húngara (*A polgári filozófia válsága*, 1947) e alemã (*Schriften zur Ideologie und Politik*, de 1967), é bastante condizente à defesa de Lukács quanto à necessidade de, na esteira da aliança de 1941 (que superou o falso dilema *bolchevismo ou fascismo?*), seguir fortalecendo o polo democrático – com verdadeiros democratas, evidentemente – contra a visão aristocrática de mundo, representada pelos fascistas, derrotados apenas militarmente.

Esse modo de considerar “o espírito europeu” valeu ao húngaro a acusação, por parte de Jaspers, de falar apenas de política, esquivando-se do debate propriamente

¹ O texto da conferência já havia sido publicado anteriormente como “Concepção aristocrática e concepção democrática do mundo”, em LUKÁCS, G. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Org. e trad. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

filosófico pretendido pelo encontro. É certo que o próprio Lukács precavera seus ouvintes acerca da impossibilidade de deter-se sobre o problema filosófico do irracionalismo, não obstante, o dilema que opõe negação e afirmação da razão ocupa um lugar importante em suas considerações, remetendo à terceira crise supramencionada, a crise da crença na razão. Talvez a inconciliável divergência com Jaspers, aqui explicitada, seja que Lukács não encara a questão como sendo imanente à filosofia, mas ao próprio ser: é ele racional, apreensível em suas determinações fundamentais, ou incognoscível *a priori*? A resposta a essa questão evidencia o comportamento dos “pensadores diante de certas tendências concretas do seu meio social”, o modo como as interpretam e que posição (recordando as três posturas acima mencionadas) assumem em relação a essas tendências.

Na esteira dessa reflexão, vale a pena remeter brevemente a outro texto contemporâneo à conferência lukácsiana, de muito maior difusão, e que de algum modo também procurou abordar o espírito europeu e o problema do fascismo – referimo-nos à *Dialética do esclarecimento*, de Adorno e Horkheimer, publicada pela primeira vez em 1947. Partindo de Bacon (século XVII), os frankfurtianos buscam fundamentar o caráter alienante e totalitário do esclarecimento, pois, afinal, nada mais lhe interessaria a não ser conhecer a natureza para dominá-la e, assim, dominar os seres humanos. No entanto, a posição de ambos peca, de início, pela unilateralidade com que encaram a proposição baconiana, segundo a qual a vitória sobre a natureza demanda antes de tudo a obediência a ela. Adorno e Horkheimer parecem simplesmente desconsiderar essa necessidade de conhecer suas leis e sujeitar-se a elas, o que implica dizer que o domínio sobre a natureza é sempre relativo. Já aludimos anteriormente a questão da necessária modificação na relação entre sociedade e natureza, que não escapou à conferência lukácsiana. Cabe agora observar que quando a dupla define o programa do esclarecimento como o “desencantamento do mundo”, considerando este um processo no qual a natureza – reduzida à mera objetividade – deve ser dominada, e a subjetividade – falsamente identificada ao mito – deve ser sujeitada aos universais abstratos, não resta outra conclusão senão a de que o esclarecimento não aniquila o mito, mas a autoconsciência, tornando-se ele próprio um mito, simpático à coerção social que visa liquidar o indivíduo. Estabeleceu-se, assim, na *Dialética do esclarecimento*, um vínculo entre esclarecimento e fascismo.

Lukács, por sua vez, nem reconhece na filosofia do esclarecimento uma tendência única (que ademais representaria um traço de continuidade entre *Aufklärung* e

barbárie hitlerista) nem situa a gênese do fascismo tão recuada no tempo, fixando como marco, conforme já mencionado, a Revolução Francesa. Para o húngaro, iluminismo e razão não resultam em tendências autoritárias, e aquilo que ele busca demonstrar, diversamente à tese defendida pelos frankfurtianos, é justamente como as concepções aristocráticas e reacionárias, em verdade, dirigiram-se “contra o racionalismo da filosofia do Iluminismo”. Sem deixar de denunciar o empobrecimento e a estreiteza de uma noção de razão destinada tão somente a fazer racional o mundo burguês, hipostasiando a pessoa privada, o marxista reivindica “um conhecimento do homem, com vistas à defesa de sua dignidade e de seus direitos”, em síntese, o humanismo. A última crise abordada por Lukács diz respeito à transformação dessa concepção em um “utopismo pálido”, cujo “verdadeiro caminho para a realização” assusta os partidários de seus ideais.

Para fazer frente ao fascismo, é preciso que os adeptos de uma visão de mundo democrática e humanista sejam verdadeiramente combativos. Não à toa, uma vez esboçados os traços decisivos da situação europeia a partir da identificação das quatro crises, Lukács encerra sua conferência levantando o problema de uma nova Europa, que só poderá surgir se “extirpar as raízes do fascismo, até o plano ideológico, de forma a impossibilitar o seu regresso”. Essa questão, certamente, ultrapassa as fronteiras do velho continente: “Nós estamos falando aqui sobre visão de mundo, mas não sem propósito. É necessário que esta visão de mundo seja eficaz para salvar o mundo”, resume em sua intervenção final. Não resta dúvidas de que, oito décadas depois, o mundo ainda precisa ser salvo.

Por isso, encerramos esta apresentação – que, esperamos, seja acima de tudo um convite à leitura – com as considerações do próprio autor sobre as contribuições e limites de sua intervenção, quando da republicação na Hungria, em 1947:

Quase todos os ensaios aqui publicados [na antologia *A polgári filozófia válsága*] nasceram de uma ocasião concreta, que lhes determinou a forma de tratamento.

Isso aparece da maneira mais clara no meu ensaio “Visão de mundo aristocrática e democrática”, que contém o texto de minha palestra nos “Rencontres Internationales” de Genebra, em setembro de 1946; e aparece precisamente nas observações, nele contidas, concernentes à aliança de 1941 entre o socialismo e a democracia, e em cuja renovação essa conferência insistia. Na situação política atual, talvez pareçam desatualizadas, pois todas as notícias parecem indicar a ruptura cada vez maior entre “Oriente” e “Ocidente”, entre o socialismo e a velha democracia burguesa. Publico-o, mesmo assim, sem alterações no texto da minha conferência, faço-o sobretudo porque aqui não há mal nenhum em apontar que tal ruptura não foi iniciada pela parte comunista, e que são precisamente os comunistas os

mais dispostos à colaboração, em tempos de paz, entre os povos de diferentes estruturas sociais, fundadas em diferentes visões de mundo, e amantes da liberdade, que juntos lutaram contra o fascismo. E para a preparação ideológica da atual situação política, também é muito instrutivo o fato de que, na reunião de Genebra, esta conferência representou, pode-se dizer, sozinha a possibilidade de colaboração, enquanto os representantes da ciência e da literatura, que inescrupulosamente se autoproclamavam acima dos partidos, já então se esforçavam para fundamentar, ideologicamente, o pensamento da separação do mundo. Essa conferência insiste, no campo da visão de mundo, na possibilidade de colaboração entre os povos amantes da liberdade, mas também acentua nitidamente, é claro, as condições preliminares no setor ideológico – de acordo com o caráter da convenção – para que essa possibilidade se realize. Mas aqui também se manifesta o traço comum com a evolução política, na qual o desenvolvimento da nova democracia em luta contra o fascismo, a mais antiga democracia formal e, principalmente, seus vestígios e suas tentativas de renascimento, aparece em uma relação indissociável com essa evolução.

Muita coisa mudou desde então, mas o pensamento fundamental da conferência permaneceu válido. Portanto, creio que sua publicação na forma original se justifica.²

Como citar:

PETERS, Carolina; PEREIRA NETO, Murilo Leite. “A casa está em chamas”: apresentação à conferência de Lukács sobre “O espírito europeu”. *Verinotio*, Rio das Ostras, v. 27, n. 1, pp. 1-8, jan./jun. 2021.

² Em *A polgári filozófia válsága: Korach Mór olasz fordítása* (Manuscript) [A crise da filosofia civil: tradução italiana de Mór Korach (Manuscrito)], disponível em: <<http://real-ms.mtak.hu/21432/>>. Tradução nossa.